

TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU  
SILVIA DE ABREU ANDRADE PORTILHO

**USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA COLETIVA**  
ASPECTOS RELEVANTES DE DIREITOS MATERIAL  
E PROCESSUAL

*Appris*  
editora

Catálogo na Fonte  
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes  
Bibliotecária CRB 9/870

---

T424u  
2019  
Thibau, Tereza Cristina Sorice Baracho  
Usucapião especial urbana coletiva: aspectos relevantes de direitos material e processual / Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau, Sílvia de Abreu Andrade Portilho.  
1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.  
265p. ; 23 cm (Sociologia do direito)

Inclui bibliografias  
ISBN 978-85-473-2973-0

1. Usucapião. I. Portilho, Sílvia de Abreu Andrade. II. Título. III. Série.

CDD - 346.042

---

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Editora e Livraria Appris Ltda.  
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês  
Curitiba/PR - CEP: 80810-002  
Tel: (41) 3156 - 4731  
[www.editoraappris.com.br](http://www.editoraappris.com.br)

The logo for Appris Editora features the word "Appris" in a large, elegant, cursive script. Below it, the word "Editora" is written in a smaller, simpler font, also in a cursive style.

Printed in Brazil  
Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

<b>1</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	
<b>POSSE E PROPRIEDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO</b> .....	<b>19</b>
2.1. A origem e a evolução do direito de propriedade .....	19
2.2. Conceito e estrutura do direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro.....	25
2.3. Propriedade, Posse e Direito à Moradia.....	29
2.3.1. A função social da propriedade e seus fundamentos legais.....	29
2.3.2. A Função Social da Posse e seus fundamentos legais .....	34
2.3.3. O Direito à Moradia e sua proteção legal .....	40
2.4. A Propriedade e a Posse no Código de Processo Civil de 2015.....	45
<b>3</b>	
<b>ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA USUCAPIÃO E SUA EVOLUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO</b> .....	<b>53</b>
<b>4</b>	
<b>A USUCAPIÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: ASPECTOS DO DIREITO MATERIAL</b> .....	<b>61</b>
4.1. Conceito.....	61
4.2. Prescrição Aquisitiva e Usucapião .....	64
4.3. Requisitos gerais para usucapir .....	66
4.4. As Usucapiões Comuns .....	72
4.4.1. A Usucapião Extraordinária do Código Civil Brasileiro de 2002.....	72
4.4.2. A Usucapião Ordinária do Código Civil Brasileiro de 2002 .....	74
4.5. As Usucapiões Especiais.....	77

4.5.1. A Usucapião Especial Indígena na Lei nº 6.001/73 e na Constituição da República de 1988.....	77
4.5.2. A Usucapião Quilombola do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	79
4.5.3. A Usucapião Especial Rural Individual ou Simples na Lei nº 6.969/81, Constituição da República de 1988 e Código Civil de 2002.....	81
4.5.4. A Usucapião Especial Urbana Individual ou Simples (Constituição da República de 1988, Lei nº 10.257/01 e Código Civil Brasileiro de 2002).....	85
4.5.5. A Usucapião Especial Urbana Coletiva na Lei nº 10.257/01 (com alterações dadas pela Lei n.º 13.465/17) .....	89
4.5.6. A Usucapião Especial Urbana Familiar ou por Abandono de Lar na Lei nº 12.424/11 e no artigo 1.240-A do Código Civil Brasileiro de 2002.....	99
4.5.7. Usucapião Urbana Administrativa na Lei n.º 13.465/17 .....	105
4.6. A Usucapião Extrajudicial na Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos).....	109

## 5

### **A USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA COLETIVA SOB O ENFOQUE DO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO BRASILEIRO .....**

**115**

5.1. A Origem Constitucional e as Finalidades da Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	115
5.2. Os Requisitos Constitucionais e Legais da Usucapião Especial Urbana Coletiva: Extensão da Usucapião Urbana Individual ou Inovação Legislativa? .....	121
5.3. Enquadramento da Usucapião Especial Urbana Coletiva Como Espécie de Direito Coletivamente Tutelável .....	129
5.4. Noções Gerais Sobre as Espécies de Direitos Coletivos Lato Sensu e Aspectos Processuais da Usucapião Especial Urbana Coletiva .....	135
5.4.1. A Espécie de Direito Coletivo Tutelável Pela Usucapião Especial Urbana Coletiva .....	135
5.4.2. Pressupostos Processuais Para a Existência e Desenvolvimento Válido das Ações Individuais e Coletivas.....	146
5.4.2.1. Da natureza jurídica da legitimação ativa para a propositura da ação de usucapião especial urbana coletiva.....	151
5.4.2.2. A legitimação passiva para a ação da usucapião especial urbana coletiva.....	167
5.4.2.3. Interesse de agir ou interesse processual para a ação da usucapião especial urbana coletiva .....	169

5.4.3. Pressupostos Processuais Gerais para a Ação de Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	172
5.4.3.1. Pressupostos processuais de existência da relação jurídica processual .....	174
5.4.3.2. Pressupostos processuais específicos para a ação de usucapião especial urbana coletiva.....	182
5.4.3.2.1. Petição inicial.....	182
5.4.3.2.2. Outras exigências processuais específicas .....	189
5.4.4. Do Procedimento da Ação de Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	192
5.4.5. Sobrestamento de Ações Petitórias ou Possessórias Sob o Mesmo Imóvel no Curso da Ação da Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	194
5.4.6. A Atuação do Ministério Público na Tutela da Coletividade Pela Via da Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	198
5.4.7. A Atuação da Defensoria Pública na Tutela da Coletividade Pela Via da Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	207
5.4.8. A Usucapião Especial Urbana Coletiva Alegada como Matéria de Defesa.....	210
5.4.9. A Sentença e Suas Peculiaridades na Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	213
5.4.10. A Coisa Julgada e Suas Peculiaridades na Ação da Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	222
5.4.11. A Determinação da Competência na Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	231
5.4.12. Recursos Cabíveis na Ação de Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	236
5.4.13. A Execução da Sentença na Ação de Usucapião Especial Urbana Coletiva.....	240

<b>6</b>	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>251</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>
-------------------------	------------